**A CORRUPÇÃO BUROCRÁTICA INIBE O EMPREENDEDORISMO? UMA ANÁLISE COM DADOS EM PAINEL PARA OS ESTADOS BRASILEIROS DE 2000 A 2008**

**RESUMO**

O presente estudo tem por objetivo verificar a relação entre empreendedorismo e incidência da corrupção burocrática nos estados brasileiros e Distrito Federal. A principal hipótese do estudo é que a abertura de empresas nos estados brasileiros é afetada negativamente pela incidência da corrupção. O referencial teórico é dividido em Empreendedorismo e Corrupção burocrática, com ênfase na perspectiva materialista (objetivista) do empreendedorismo e nos efeitos da corrupção burocrática sobre a atividade empreendedora. Através do método de regressão com dados em painel, foram estimados os modelos com dados agrupados e com efeitos fixos e aleatórios. Para mensurar a corrupção, utilizou-se o Índice Geral da Corrupção para os estados brasileiros (BOLL, 2010), e para representar o empreendedorismo, a abertura de empresas per capita por estado. Os testes (de Chow, Hausman e Breusch-Pagan) apontam que o modelo de efeitos aleatórios é o mais apropriado, e seus resultados indicam um impacto positivo da corrupção burocrática sobre a atividade empreendedora, contrariando a hipótese esperada e encontrada em trabalhos anteriores, para o Brasil, e corroborando a proposição de Dreher e Gassebner (2011) de que, em países com alta regulamentação, a corrupção burocrática pode ser um “lubrificante” na abertura de empresas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empreendedorismo.Corrupção burocrática. Dados em painel.

**ABSTRACT**

This article aims to investigate the relationship between the entrepreneurship and the incidence of bureaucratic corruption in the states of Brazil and Federal District. The main hypothesis of this study is that the opening of a business in Brazilian states is negatively affected by the incidence of corruption. The theoretical reference is divided into Entrepreneurship and bureaucratic corruption, with an emphasis on materialistic perspective (objectivist) of entrepreneurship and the effects of bureaucratic corruption on entrepreneurial activity. By the regression method with panel data, we estimated the models with pooled data and fixed and random effects. To measure corruption, we used the General Index of Corruption for the Brazilian states (BOLL, 2010), and to represent entrepreneurship, firm entry per capita by state. Tests (Chow, Hausman and Breusch-Pagan) indicate that the random effects model is more appropriate, and the results indicate a positive impact of bureaucratic corruption on entrepreneurial activity, contradicting the hypothesis expected and found in previous articles to Brazil, and corroborating the proposition of Dreher and Gassebner (2011) that, in countries with high regulation, bureaucratic corruption can be “grease in the wheels” of entrepreneurship.

**KEYWORDS:** Entrepreneurship. Bureaucratic corruption. Panel data.

ÁREA 6 - CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES.

JEL: L26. D73. C23.

**1 INTRODUÇÃO**

A relação entre Sociedade e Estado não está imune à incidência de atividades ilícitas. Determinados grupos buscam atender interesses privados através da corrupção de agentes ou instituições públicas*.* Em países onde as regulações governamentais são onerosas e há uma série de etapas complexas para a realização de atividades comerciais, há fortes evidências para suspeitar que haja corrupção de agentes públicos. Os agentes públicos são corrompidos visando o aceleramento de procedimentos ou consecução de regulações governamentais favoráveis, o que beneficia determinados grupos frente aos que não corrompem o sistema (CARRARO *et alli,* 2011*;* Mauro, 1995; 1998).

Os estudos acerca de empreendedorismo apontam quatro fatores como alimentadores da atividade empreendedora: econômico, sociocultural, pessoal e institucional. Para este artigo a análise concentra-se no fator econômico, levando-se em consideração variáveis do ambiente que possam influenciar a atividade empreendedora. O termo empreendedorismo é empregado como a criação de uma empresa através da reunião de insumos produtivos para a geração de novos produtos ou serviços.

A perspectiva objetivista do empreendedorismo enfatiza os aspectos materiais do ambiente como os principais motivadores de ações empreendedoras. Apesar de sua menor freqüência na literatura frente à perspectiva subjetivista - na qual o indivíduo é o cerne da ação empreendedora, escolheu-se aportar-se teoricamente na perspectiva objetivista do empreendedorismo. Desse modo, o ambiente assume papel preponderante na explicação do empreendedorismo, sendo o comportamento empreendedor produto do meio (GÖRLING e REHN, 2008).

Atos ilícitos são inerentes ao ambiente de negócios. A literatura sobre corrupção é bastante vasta no cenário internacional, entretanto, há poucos estudos empíricos que demonstrem os efeitos da corrupção sobre a atividade empreendedora, destacando-se os trabalhos de Ovaska e Sobel (2005), Dreher e Gassebner (2011) e Desai *et alli* (2003). De acordo com Dreher e Gassebner (2011), a corrupção possui efeito positivo na abertura de empresas em países com excessiva regulamentação para criação de novos negócios, servindo como lubrificante das engrenagens da “máquina burocrática”. Esta hipótese também foi discutida por Leff (1964). O referido autor afirmou que a corrupção pode ser um meio de solucionar regulamentações equivocadas do governo, pois apesar de eticamente imoral, a corrupção poderia trazer celeridade.

Segundo o World Bank (2013), o prazo para regulamentar uma empresa no Brasil é de 119 dias, sendo o 5º país com menor celeridade na abertura de um novo negócio. São necessários 13 procedimentos burocráticos para que esta regulamentação seja concluída. Desse modo, considera-se o Brasil como um país com elevada regulamentação para formação de empresas.

Para o Brasil, foram realizados os estudos empíricos de Carraro *et alli* (2011) e Palifka (2006). Carraro *et alli* (2011) demonstram a relação entre formação de empresas e corrupção, com dados de 2000 a 2005. Eles utilizaram o Índice Geral da Corrupção (IGC), desenvolvido por Boll (2010) e a taxa de abertura de empresas per capita para medir o empreendedorismo. Como controles, incluíram a taxa Selic, a taxa de cambio e o PIB per capita. Segundo os autores, a incidência da corrupção afeta negativamente a atividade empreendedora, haja vista que suas implicações ao longo dos anos desestimulam a abertura de novas empresas, o que pode implicar redução no crescimento econômico de um país.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo verificar a relação entre Empreendedorismo e Corrupção burocrática. A principal hipótese do estudo é que o empreendedorismo é afetado negativamente pela corrupção burocrática. Utiliza-se o método de dados em painel para estimar modelos de regressão entre abertura de empresas e corrupção, utilizando como *proxy* da incidência da corrupção o índice IGC (BOLL, 2010). A escolha das variáveis de controle foi baseada na literatura sobre empreendedorismo e corrupção burocrática: foram utilizados PIB per capita e seu termo ao quadrado, Número de agências bancárias por estado, Carga tributária estadual e Taxa de desemprego estadual. O período referente aos dados está compreendido de 2000 a 2008.

Este trabalho toma como ponto de partida a perspectiva objetivista do empreendedorismo e o trabalho de Carraro *et alli* (2011). Foram realizadas estimativas com o modelo proposto pelos referidos autores para o mesmo período estimado por eles (2000 a 2005), e para um período estendido compreendendo de 2000 a 2008. Os resultados os dois períodos considerados, no modelo agrupado, apesar de algumas diferenças nos parâmetros, foram semelhantes aos de Carraro et alli (2011), apontando efeito negativo da corrupção. Entretanto, quando consideradas as estimações de efeitos fixos e aleatórios, os parâmetros passaram a ser não significantes, diferentemente do deles. No novo modelo, proposto neste trabalho, além de mantidas as variáveis PIB per capita e Índice Geral de Corrupção, foram incluídas diferentes variáveis de controle - PIB per capita ao quadrado, o Número de agências bancárias por Estado, a Carga tributária Estadual e a Taxa de desemprego Estadual -, e excluídas as variáveis Taxa de Câmbio e Taxa Selic. Com essas alterações, os resultados encontrados apontam efeito positivo e estatisticamente significante da corrupção sobre a atividade empreendedora – corroborando a hipótese da corrupção como “lubrificante da máquina pública” – o que diverge dos resultados encontrados em Carraro *et alli* (2011) e Palifka (2006). Acredita-se que as diferenças justificam-se pelas escolhas das variáveis de controle.

Além desta introdução, este artigo está organizado em mais quatro seções: na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, onde são abordados os temas Empreendedorismo e Corrupção burocrática; na terceira seção, de metodologia, descreve-se sucintamente o modelo de regressão com dados em painel e as variáveis utilizadas; na quarta seção, apresentam-se os resultados obtidos e, na quinta, as considerações finais.

**2 REFERENCIAL TEÓRICO**

**2.1 Empreendedorismo: uma perspectiva objetivista**

A atividade empreendedora representa papel preponderante na dinâmica econômica de uma nação. As primeiras discussões teóricas sobre o papel do empreendedor na economia surgiram com os trabalhos de Schumpeter, nos quais o autor argumentava que a atividade empreendedora era força motriz da economia, pois implantava uma ruptura nos padrões produtivos através da inovação, contribuindo para o desenvolvimento econômico. Segundo Lambing e Kuehl (2007), Schumpeter revitalizou a figura do empreendedor no cenário econômico ao atribuir o papel de promotor de desenvolvimento econômico devido à capacidade de inovação e combinação de insumos produtivos.

O constructo empreendedorismo possui elevado número de definições. Entretanto, muitos desses conceitos não são convergentes, dificultando a definição operacional para o objeto de estudo. Para muitos autores, o ato de abrir um novo negócio configura o empreendedorismo. De modo geral, a literatura subjetivista do empreendedorismo considera o conceito Schumpeteriano como o principal. As principais características do empreendedor Schumpeteriano são: a introdução de um novo bem ou melhoria de qualidade de um bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de matérias subsidiárias ou de bens intermédios; a alteração da organização de uma dada indústria, incluindo o surgimento de poder de mercado (CRUZ E CARDOSO, 2012).

Na concepção Schumpeteriana, há um deslocamento de análise do indivíduo fruto das instituições para um indivíduo reativo a elas. Martes (2010) argumenta que os indivíduos são sujeitos influenciados pelas instituições, seja em forma de sanção ou de estímulo. A óptica Schumpeteriana concebe o empreendedor como unidade básica de análise para explicar teoricamente a ação pioneira e inovadora do indivíduo. A ênfase dada por Schumpeter ao indivíduo em detrimento das instituições é alvo de críticas, pois em sua visão, a firma é concebida apenas como um veículo de ação (AUDRICH, 2005; DEVINE, 2002). Martes (2010, p. 256) afirma que: “pode‑se chamar instituição toda crença, todo comportamento instituído pela coletividade, sem desnaturar o sentido da expressão.”

Alguns dos principais conceitos para o termo empreendedor encontrados na literatura são citados no Quadro 1.

Quadro 1 – Conceitos clássicos relacionados ao empreendedor

|  |  |
| --- | --- |
| Autor | Definição |
| Schumpeter (1934) | Praticar atos que geralmente não são realizados no ambiente de negócios, quebrando paradigmas e gerando grandes transformações através da inovação. |
| Wainer & Rubin (1969) | O indivíduo que organiza o negócio ou aumenta a sua capacidade produtiva. |
| Say (1816) | O agente que reúne os meios produtivos necessários para geração de produtos. |
| Mescon & Montanari (1981) | Fundadores de novos negócios. |
| McClelland (1961) | Indivíduo que detêm meios de produção e produz mais do que aquilo que pode consumir. |
| Lachman (1980) | É o indivíduo que reúne insumos produtivos para a criação de um novo produto ou marca. |

Fonte: elaborado pelo autor.

Segundo Drucker (1985), o empreendedorismo é uma disciplina e pode ser ensinada. Para o autor: “a maioria das coisas que você ouve sobre o empreendedorismo estão equivocadas. Não é mágica, não é mistério; e não tem nada a ver com genética. É uma disciplina, e como qualquer disciplina, pode ser aprendida¹”. Diante dessa perspectiva, dois pressupostos são extraídos sobre o empreendedorismo: a oferta de empreendedores não é rígida, pois o comportamento empreendedor pode ser ensinado, e o empreendedorismo cria valor social (CRUZ E CARDOSO, 2012).

De acordo com Barros e Pereira (2008, p. 977): “a contribuição do empreendedor ao desenvolvimento econômico ocorre fundamentalmente pela inovação que introduz e pela concorrência no mercado”. Dessa forma, a emergência de uma nova estrutura de mercado fomenta maior dinamismo e eficiência para a economia, sendo observados através de variáveis macroeconômicas como, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB).

Audretsch *et alli* (2006) intentam conceber a teoria do Empreendedorismo por transbordamento do conhecimento, onde o crescimento da atividade empreendedora relacionando-se diretamente com crescimento econômico, pois uma vez que o empreendedorismo serve como ferramenta de comercialização e transbordamento do conhecimento, este gera desenvolvimento econômico. Barros e Pereira (2008) corroboram essa visão ao classificar o empreendedorismo como uma resposta endógena ao investimento em conhecimento.

Minniti (1999) afirma que os empreendedores são os catalizadores do crescimento econômico, pois eles criam uma rede que promove novas ideias e formação de novos mercados. Esta hipótese também é apoiada por Baumol (1990), que defende que a questão central para economias de mercado é como encorajar a atividade empreendedora.

Baumol (1990; 1993) ainda afirma que a visão Schumpeteriana do empreendedorismo não contempla atividades destrutivas como crime econômico e *rent seeking -* uma tentativa de obter renda econômica através da manipulação do ambiente social e político em que as atividades econômicas ocorrem, ao invés de criar novas riquezas (ROSE-ACKERMAN, 1996)*.* Segundo o autor, há três classificações para a atividade empreendedora: empreendedorismo produtivo, empreendedorismo improdutivo e empreendedorismo destrutivo. O empreendedorismo produtivo refere-se à capacidade de se gerar qualquer atividade que contribua direta ou indiretamente para o aumento da produtividade, como por exemplo, a descoberta de novos métodos produtivos, atributos e combinações de insumos. Já o empreendedorismo destrutivo é aquele praticado através de atos ilícitos, que trazem malefícios à sociedade, como o tráfico de armas e escravidão sexual. O empreendedorismo improdutivo diz respeito a não geração de valor, considerando apenas a redistribuição de recursos, como por exemplo, as atividades de *rent seeking.*

O constructo empreendedorismo apresenta duas abordagens principais: a perspectiva subjetivista e a perspectiva objetivista. A perspectiva subjetivista tem como cerne a atuação do indivíduo, sendo o comportamento empreendedor explicado pela ação do indivíduo frente ao ambiente. A perspectiva objetivista – adotada como aporte teórico do presente estudo – possui como principal causador do empreendedorismo os aspectos materiais do ambiente (TONELLI; BRITO; ZAMBALDE, 2010).

Enquanto o empreendedorismo subjetivista baseia-se no idealismo, a perspectiva objetivista é centrada no materialismo. As duas correntes divergem quanto à origem da realidade. O materialismo concebe a realidade como fruto das condições materiais do mundo (GÖRLING; REHN, 2008). Os principais estudos acerca da perspectiva objetivista foram realizados por Görling e Rehn (2008), Stuart e Ding (2006) e Toole e Czarnitzik (2009). Desse modo, a ação empreendedora é fomentada pela existência de estruturas e contextos favoráveis.

Segundo Görling e Rehn (2008) o empreendedorismo não é resultante apenas de uma boa ideia ou percepção de oportunidades. A principal explicação para iniciativas empreendedoras é que elas são causadas por fenômenos ambientais e existência de recursos necessários no tempo e local apropriados. Dessa forma, as variáveis utilizadas para esta análise são referentes ao contexto ambiental dos estados brasileiros.

Estudos como os de Dreher e Gassebner (2011), Ovaska e Sobel (2005), Stephen *et alli* (2004), Van Stel *et alli* (2003), Parker e Robson (2004) e Fisman e Sarria-Allende (2004) relacionam variáveis econômicas e ambientais com abertura de empresas, baseando-se desse modo na perspectiva materialista e objetivista do empreendedorismo.

De acordo com Dreher e Gassebner (2011), a variável PIB per capita é uma das mais proeminentes na explicação do empreendedorismo. Segundo Parker e Robson (2004), há evidências empíricas de que o PIB per capita afete positivamente a atividade empreendedora, hipótese também confirmada por Carraro *et alli* (2011) e Fisman e Sarria-Allende (2004). Entretanto, Ovaska e Sobel (2005) afirmam que essa variável não possui impacto significante sobre o empreendedorismo. Dreher e Gassebner (2011) ainda sugerem a inclusão da variável PIB per capita ao quadrado, devido ao seu impacto na atividade empreendedora ser em forma de U, hipótese confirmada por Van Stel *et alli* (2003) e Verhuel *et alli* (2004).

Para Ovaska e Sobel (2005), a disponibilidade de crédito facilita consideravelmente a abertura de novas empresas. Carraro *et alli* (2011) utilizam a variável Taxa Selic para captar os efeitos da disponibilidade de crédito para a abertura de empresas, entretanto, no presente estudo, optou-se pela não utilização desta variável pois não há variação da Taxa Selic entre os Estados brasileiros. Mettenhein (2005) sugere que um maior número de agências bancárias em uma região pode representar uma maior disponibilidade de crédito, dado que a maior participação das agências contribuiria para a ampliação da capacidade de captar recursos da sociedade e direcioná-los para financiamentos.

Dreher e Gassebner (2011) argumentam que variáveis como Carga tributária, investimentos externos, inflação e taxa de desemprego devem compor modelos com perspectivas econômicas, como feito por Ovaska e Sobel (2005), Van Stel *et alli* (2003) e Parker e Robson (2004). Ovaska e Sobel (2005) argumentam que um dos fatores mais importantes para a atividade empreendedora é a presença de liberdade econômica, configurada em baixos impostos, pouca regulação da atividade econômica e uma política que assegure direitos de propriedade. Por se tratar de um estudo para o país, tais variáveis são constantes para todas as observações.

A literatura ainda aponta variáveis relacionadas ao empreendedor, como educação do indivíduo e participação feminina no mercado de trabalho, entretanto, o presente estudo tem como arcabouço teórico a perspectiva materialista (objetivista) do empreendedorismo, não levando em consideração tais variáveis.

**2.2 Corrupção Burocrática: lubrificante ou areia nas engrenagens do empreendedorismo?**

A administração pública é o conjunto de atividades e decisões que afetam a vida das pessoas, sendo realizadas em nome do povo e empregando recursos públicos visando atender horizontalidade e verticalidade às demandas dos cidadãos. O seu principal valor instrumental é a eficiência (HARMON, 1999). No Brasil, o modelo que delineia a administração pública é a Nova Gestão Pública, caracterizando-se como um movimento reformista na gestão Pública sob o marco da eficiência, eficácia e produtividade. Neste sentido, supera-se o modelo burocrático, pouco responsivo e improdutivo (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 2; BEHN, 1998, p. 5). Bresser-Pereira (2009, p. 1) revela que a reforma burocrática objetivou “transformar a administração pública [...] em um serviço profissional com base no Estado de direito e na competência técnica”. Entretanto, ainda que haja atividades regulatórias, a discricionariedade é inerente à administração pública.

Paradoxalmente, os referidos elementos – regulamentação e discricionariedade – inerentes ao serviço público, permitem corromper o objetivo maior da administração pública – o bem estar coletivo – por proporcionar oportunidades de corrupção. A discricionariedade permite que o agente público detenha a possibilidade de tomar decisões sem a prestação direta de contas (MAURO, 1995; ROSE-ACKERMAN, 1996).

Os primeiros estudos sobre os efeitos da corrupção na economia tiveram início na década de 1960, com Leff (1964) e Huntington (1968). Tais autores apontaram efeitos positivos da corrupção sobre a economia, hipótese posteriormente chamada na literatura sobre corrupção de “grease in the wheels”. Para esta corrente, o pagamento de propina proporcionaria celeridade aos trâmites burocráticos e incentivos monetários aos agentes públicos, gerando maior eficiência.

Segundo Dreher e Gassebner (2011), em países onde existe excessiva regulamentação a corrupção burocrática possui efeitos positivos sobre a atividade empreendedora, gerando maior celeridade a procedimentos burocráticos relativos à abertura de novas empresas. Eles realizaram uma análise empírica para 43 países, durante o período 2003-2005, e utilizaram as variáveis PIB per capita e seu termo quadrático, histórico comunista do país, custos para se abrir um negócio, prazo para se abrir um negócio, capital mínimo para se abrir um negócio, grau de liberdade econômica e os índices de corrupção da Transparência Internacional e do Banco Mundial. Entre os países da amostra com nível máximo de regulação, a corrupção possui efeito positivo sobre a atividade empresarial quando interage com variáveis como prazo para abrir um negócio e grau de liberdade econômica do país.

A corrupção possui caráter tanto público quanto privado, sendo o Estado e Mercado vetores interligados na prática da mesma. Apesar do caráter indissolúvel que possui o constructo corrupção, a literatura possui interpretações diferentes para a corrupção praticada na esfera pública (corrupção burocrática e corrupção política) e na esfera privada. Para este estudo será dada ênfase à corrupção burocrática.

Entende-se corrupção burocrática como a ação do sujeito com poder legitimado pela sociedade a fim de cumprir tarefas públicas e que utiliza de tal capacidade em virtude de ganhos pessoais, causando, assim, um malefício ao interesse público através da violação das leis e regras administrativas (ANDWIG, 2000; SHLEIFER; VISHNY, 1993).

Para Klitgaard (1994), a corrupção burocrática é: “o comportamento que se desvia dos deveres formais de uma função pública devido aos interesses de natureza pecuniária, ou que viole as regras contra o exercício de certos tipos de comportamento ligados ao interesse privado”. Outros conceitos de corrupção burocrática são mostrados no Quadro 2.

Quadro 2 - Conceitos de corrupção burocrática

|  |  |
| --- | --- |
| Autor | Conceito |
| Leff (1964) | A corrupção burocrática é uma instituição extralegal que é usada por agentes privados para obter influência sobre as instituições burocráticas. |
| Bayley (1976) | “... um termo geral que se refere ao mau uso da autoridade como um resultado de ganhos pessoais, que não precisam ser necessariamente monetários.” |
| Tanzi (1995) | “... prática intencional com o objetivo de estabelecer um tratamento diferencial entre agentes econômicos (...) em um ambiente corrupto as relações pessoais ou familiares interferem nas decisões econômicas tomadas por agentes públicos e privados.” |
| Kahn (1996) | “Um comportamento que se desvia das regras formais de conduta pública, com o objetivo de ganhos privados, riqueza e status.” |
| Rose-Ackerman (1996) | “Pagamentos aos funcionários públicos ou agentes governamentais envolveriam corrupção quando eles são feitos de modo ilegal com o objetivo de evitar um custo ou a consecução de um ganho.” |

Fonte: Adaptado de Garcia (2003).

Desse modo, o agente corrupto age de forma deliberada e racional, confrontando a possibilidade de ganho e a possibilidade de ser punido. Para praticar a corrupção, o indivíduo necessitaria perceber ganhos mais elevados que o risco da sua ação, ou seja, a punição pelo seu ato (ROSE-ACKERMAN, 2012).

No Brasil, a lei nº 8.429 de 1992 disserta sobre a improbidade administrativa no setor público. De acordo com o artigo 9º da referida lei:

“Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1° desta lei”. (BRASIL, 1992).

Portanto, a corrupção burocrática corrobora a percepção de que a prática governamental pode ser vulnerável à ação praticada por indivíduos que atuam mediante grupos de interesse em virtude de sua própria agenda de discussão. E, em virtude dessa relação, se desdobram os comportamentos corruptos tendo em vista a realização de interesses individuais na busca de maximização dos ganhos de mesma ordem (CARRARO; HILLBRECHT, 2003).

Governos que agem corruptamente reforçam sua estrutura burocrática a fim de criar espaços para a atuação dos “mercados paralelos”, causando morosidade e complexidade à atuação do serviço público, que será facilitada pela atuação ilícita (ROSE-ACKERMAN, 1975). No entanto, Huntington (1968) afirma que, em se tratando de crescimento econômico, a única coisa pior que uma rígida, extremamente centralizadora e desonesta burocracia é uma sociedade com uma rígida, centralizadora e honesta burocracia. Dessa forma, a corrupção pode ser um modo de alcançar certos benefícios que tornam mais fácil a atividade econômica.

**3 METODOLOGIA**

A principal hipótese do estudo é que a corrupção burocrática afeta negativamente a atividade empreendedora brasileira. Utilizam-se dados em painel como método de análise de dados. A motivação da utilização de dados em painel é justificada primeiramente pelo número limitado de observações para estados brasileiros (27), caso fosse utilizado um modelo de regressão múltipla com dados *cross-sectional.* A utilização de dados em painel possui como benefício para essa análise o incremento de graus de liberdade. Desse modo, a análise em painel gera maior confiabilidade e robustez ao modelo proposto, pois eleva o número de observações (WOOLDRIDGE, 2010).

A amostra é constituída por 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Os dados utilizados são referentes ao período de 2000 a 2008. O modelo proposto é apresentado a seguir:

*Abert = β0 + β1\*ICG + β2\*Pibperc + β3\* Pibperc² + β4\*Desemprego + β5\*Bancos + β6\* Cargatrib + µ*

Onde *Abert* representa a taxa de abertura de empresas per capita*; ICG* representa o índice de corrupção por estado*; Pibperc* representa o PIB per capita por estado em R$ 1.000,00*; Desemprego* representa a Taxa de desemprego estadual; A variável *Bancos* representa o Número de agências bancárias por estado*. Cargatrib* representa aTaxa de participação da receita tributária no PIB per capita. As fontes dos dados das variáveis acima estão no Quadro 3.

Quadro 3 – Fonte de dados das variáveis utilizadas no trabalho.

|  |  |
| --- | --- |
| Variável | Fonte de dados |
| *Abert* | DNRC |
| *ICG* | BOLL (2010) |
| *Pibperc* | IPEA |
| *Desemprego* | PNAD - IBGE |
| *Bancos* | BANCO CENTRAL DO BRASIL – BCB |
| *Cargatrib* | RECEITA FEDERAL DO BRASIL |
| *Selic* | IPEA |

Fonte: Elaborado pelos autores.

O modelo proposto por Carraro *et alli* (2011) possui como variáveis independentes o PIB per capita, Taxa Selic, Taxa de câmbio e ICG. Propõe-se uma alternativa ao modelo citado devido as variáveis Taxa Selic e Taxa de câmbio não variarem entre as observações para uma mesma unidade de tempo.

Parker e Robson (2004) e Fisman e Sarria-Allende (2004) demonstram que o aumento no PIB per capita fomenta a atividade empreendedora. Para Dreher e Gassebner (2011), o termo PIB per capita possui distribuição em “u”, sendo necessária a inclusão do termo quadrático. Em relação ao número de agências bancárias, optou-se por utilizá-lo como uma *proxy* para captar os efeitos da acessibilidade a crédito sobre a abertura de novas empresas. Segundo Mettenheim (2005), uma maior participação de agências bancárias contribuiria para o fomento ao crédito, haja vista que a maior participação das agências contribuiria para a ampliação da capacidade de captar recursos da sociedade e direcioná-los em financiamentos. A hipótese de que a acessibilidade ao crédito fomente a atividade empreendedora foi testada por Ovaska e Sobel (2005) e Stephen *et alli* (2004), indicando efeito positivo e estatisticamente significante. No tocante a variável Carga tributária, Van Stel *et alli* (2005) não encontraram efeito estatisticamente significante sobre abertura de empresas, entretanto, optou-se por incluir tal variável no modelo.

A inclusão da variável taxa de desemprego é justificada devido a hipótese do auto-emprego, onde indivíduos que estejam desempregados busquem abrir um negócio com o intuito de obter uma renda (Ovaska e Sobel, 2005). O Quadro 4 apresenta os efeitos esperados das variáveis com base na literatura.

Quadro 4 – Efeitos esperados das variáveis explicativas sobre empreendedorismo de acordo com a literatura.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Variável | Efeitos esperados | Autores |
| *IGC* | Espera-se que a corrupção afete negativamente a atividade empreendedora, haja vista que a sua incidência pode gerar empecilhos à regulamentação de novos negócios, além de diminuir a crença nas instituições. | Carraro *et alli* (2011); Palifka (2006) |
| *Pibperc* | O aumento da renda *per capita* tende a contribuir para uma maior constituição de empresas, portanto, espera-se efeito positivo sobre a atividade empreendedora. | Parker e Robson (2004); Fisman e Sarria-Allende (2004) |
|  |  |  |
| *Desemprego* | Espera-se que o aumento da taxa de desemprego aumente a abertura de novas empresas devido a hipótese do auto emprego, onde indivíduos buscam uma fonte de renda através da abertura de um pequeno negócio. | Ovaska e Sobel (2005) |
| *Bancos* | Espera-se que o número de agências bancárias possua efeito positivo sobre a atividade empreendedora, haja vista que a maior participação das agências contribuiria para a ampliação da capacidade de captar recursos da sociedade e direcionar em financiamentos. | Mettehein (2005). |
| *Cargatrib* | Espera-se que a carga tributária possua sinal negativo à atividade empreendedora, haja vista que uma maior carga tributária possa diminuir a rentabilidade das empresas, desestimulando a atividade empreendedora. | *-* |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Devido à complexidade para obtenção de um índice objetivo que mensure a corrupção, utiliza-se como *proxy* para a incidência da corrupção o ICG (BOLL, 2010). De acordo com Carraro *et alli* (2011*),* o ICG é um índice objetivo por não possuir na sua construção qualquer tipo de avaliação pessoal de seus componentes. Segundo Boll (2010), o ICG é composto levando-se em consideração a base de dados (CADIRREG8) das contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para formar um indicador composto da corrupção governamental ponderando o valor financeiro das contas julgadas irregulares pela população, pelo produto interno bruto, pelo número de contas julgadas irregulares por um estado em relação ao total nacional e pelo valor correspondente aos gastos anuais dos três poderes da República estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Segundo Boll (2010) o Indicador de Corrupção Governamental Estadual (ICG) é constituído de uma média entre: [(ValorCADIRREG/população normalizado) + (Valor CADIRREG/PIB) normalizado], (Valor CADIRREG/LOA normalizado) e (Número anual de processos irregulares CADIRREG por Estado/Número total anual de processos irregulares CADIRREG). Para a construção do modelo de dados em painel, foram propostos os modelos agrupados *“Pooled”*; Modelos com efeitos fixos (EF); e, Modelos com efeitos aleatórios (EA) (WOOLDRIDGE, 2010).

**4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas dos dados coletados na pesquisa. Destaca-se que os estados do Acre (2006), Roraima (2007) e Santa Catarina (2008) apresentaram Índice de Corrupção Geral nulo devido à inexistência de contas públicas não aprovadas nos períodos citados. Os Estados do Maranhão, Bahia e Piauí apresentaram os maiores Índices de corrupção, com média anual acima de 0.40. Em contrapartida, Acre, Rio Grande do Sul e Santa Catarina obtiveram os menores Índices de Corrupção estadual, com média inferior a 0.10.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Variável | Obs | Média | Desvio-Padrão | Min | Max |
| Abert | 243 | 0.247 | 0.104 | 0.078 | 0.65 |
| PIBperc | 243 | 6.057 | 3.795 | 1.62 | 23.8 |
| Desemprego | 243 | 8.848 | 3.235 | 3.92 | 19.27 |
| Cargatribut | 243 | 0.125 | 0.036 | 0.051 | 0.269 |
| Bancos | 243 | 649.395 | 1120.26 | 13 | 6343 |
| Cambio | 243 | 2.388 | 0.461 | 1.8302 | 3.078 |
| SELIC | 243 | 16.997 | 3.379 | 11.9 | 23.51 |
| ICG | 243 | 0.226 | 0.192 | 0 | 0.95 |

Fonte: elaborado pelos autores.

A Tabela 2 apresenta as estimações com dados agregados (*pooled),* efeitos fixos e aleatórios para os seguintes modelos: no modelo 1, são apresentados os resultados obtidos por Carraro *et alli* (2011), para período de 2000 a 2005; no modelo 2, são refeitas as estimações destes autores para o mesmo período; no modelo 3, o período da amostra é estendido até o ano de 2008, havendo um acréscimo de 81 observações. Nos três modelos todas as variáveis estão em logaritmo natural.

De acordo com a estimativa de Carraro *et alli* (2011), o modelo com melhor representatividade para a amostra é o agrupado (*pooled).*  Seus resultados apontam que a variação de 1% no índice de corrupção acarretaria em uma diminuição de 0,32% na taxa de abertura de empresas. Para as estimações de efeitos fixos e aleatórios, eles obtiveram resultados semelhantes, com o ICG afetando negativamente a atividade empreendedora. No modelo 2, quando se replica o modelo de Carraro et alli (2011), os resultados são os mesmos para as estimações com dados agregados mas, para os efeitos fixos e aleatórios, obtém-se parâmetros não significantes.

Tabela 2 – Estimação do efeito de corrupção sobre a abertura de empresas per capita, a partir de modelo de Carraro et alli (2011).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Variáveis independentes | *Pooled¹* | Efeitos fixos¹ | Efeitos¹ aleatórios | *Pooled²* | Efeitos fixos² | Efeitos² aleatórios | *Pooled³* | Efeitos fixos³ | Efeitos³ aleatórios |
| Constante | 48.3709\*\*  (2.42) | 26.5505\*\*\*  (2,8958) | 51.2798\*\*  (2.2781) | -1.115686\*  (-1.95) | -0.5906082\*\*  (-2.05) | -0.8236823\*\*  (-2.51) | -7.967376\*\*\*  (-27.10) | -5.75971\*\*\*  (-20.86) | -6.689353\*\*\*  (-23.30) |
| ICG | -0.037276\*\*  (-2.963140) | -0.0477121\*\*  (2.0558) | -0.0420883\*\*  (-1.9775) | -0.0445123\*\*  (-2.50) | 0.0076671  (1.03) | -0.0010015  (-0.10) | -0.0570228\*\*\*  (-3.52) | 0.0204034\*\*  (2.13) | 0.0093512  (0.97) |
| PIBperc | 0.581429\*\*\*  (13.28) | 0.51509\*\*\*  (8.2312) | 0.575977\*\*\*  (12.5777) | 0.5807717\*\*\*  (13.65) | -0.2176225\*\*  (-2.06) | 0.1696799  (1.47) | 0.5647646\*\*\*  (15.38) | -0.1141792  (-1.19) | 0.186043\*\*  (1.93) |
| Taxa Selic | -12.36286\*\*\*  (-2.7764) | -6.16343\*\*\*  (-3.0013) | -13.0273\*\*  (-2.5893) | 0.1553472\*\*\*  (0.77) | 0.1040995  (1.24) | 0.123553  (1.46) | 0.4693977\*\*\*  (3.67) | 0.0550446  (0.84) | 0.2342934\*\*\*  (3.62) |
| Taxa de Câmbio | 0.344532  (0.822910) | 2.57166\*\*  (2.2288) | 0.378222  (1.0973) | -0.5678722  (-4.29) | 0.2605862\*\*\*  (-4.59) | 0.4014134\*\*\*  (-6.26) | -0.569853\*\*\*  (-4.40) | -0.3065093  (-6.54) | 0.4108066\*\*\*  (-7.80) |
| R² | 0.572485 | 0.675942 | - | 0.5912 | 0.2775 | - | 0.5652 | 0.1818 | - |
| Estatística f | 52.55965 | 9.108277 | - | 59.57 | 10.93 | - | 80.18 | 22.99 | - |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Teste Breusch-Pagan | 0.671714  [0.412455] |  |  | 203.50  [0.0000] |  |  | 431.76  [0.0000] |  |  |
| Teste Hausman | 10.6925  [0.0304] |  |  | 73.94  [0.0000]] |  |  | 54.09  [0.0000] |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Nº Observações | 162 | 162 | 162 | 162 | 162 | 162 | 243 | 243 | 243 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Fonte: dados gerados pelo Stata 11. Obs.1: \*\*\* Significante a 1%. \*\* Significante a 5%. \* Significante a 10%. Obs.2: Os números entre parênteses representam o teste t.

1: Resultados de Carraro *et al.,* (2011). 2: Modelo testado pelos autores para o período de 2000 – 2005. 3: Modelo testado pelos autores para o período de 2000 – 2008.

Com a ampliação da amostra (modelo 3), os resultados são divergentes aos encontrados pelos autores citados e aos obtidos na réplica dos mesmos (no modelo 2). Levando-se em consideração os testes de Chow, Hausman e Breusch-Pagan, o modelo de efeitos fixos apresentou o melhor ajuste. A variável ICG é estatisticamente significante a 5% e apresentou efeito positivo sobre a abertura de empresas, contrariando o sinal esperado.

Destaca-se que no modelo proposto por Carraro *et alli* (2011), foram incluídas as variáveis Taxa de Câmbio e Taxa Selic as quais são constantes para todos os estados brasileiros, variando apenas ao longo do tempo. Por isso, no modelo proposto neste trabalho, cujos resultados são apresentados na Tabela 3, com diferentes variáveis de controle, optou-se pela exclusão da variável Taxa de Câmbio e inclusão do termo número de agências bancárias em substituição à taxa Selic.

A Tabela 3 apresenta os resultados do modelo proposto nesta pesquisa. A estimação apresenta como variável dependente a taxa de abertura de empresas per capita por estados. Foram estimados os modelos *pool,* efeitos fixos e aleatórios para a relação da corrupção sobre a abertura de empresas. De acordo com os testes de Chow, Hausman e Breusch-Pagan, o modelo de efeitos aleatórios mostrou-se o mais adequado para a representação da relação investigada.

Tabela 3 – Estimação do efeito da corrupção sobre a abertura de empresas com o modelo proposto, para o período 2000-2008.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Variáveis independentes | *Pooled¹* | Efeitos fixos¹ | Efeitos aleatórios¹ |
| Constante | 0.1512429\*\*\*  (0.0315306) | 0.1517831\*\*\*  (0.0350271) | 0.1196697\*\*\*  (0.0343855) |
| ICG | -0.027238  (0.0224012) | 0.0403961\*\*\*  (0.0403961) | 0.0404068\*\*  (0.016426) |
| PIBperc | 0.0422409\*\*\*  (0.004975) | -0.0096392  (0.011653) | 0.0128898  (0.0107819) |
| PIBper² | -0.0011303\*\*\*  (0.0002462) | 0.0002917  (0.0003118) | -0.0002163  (0.0003305) |
| Bancos | -2.87e-06  (3.63e-06) | 0.0001023\*\*\*  (0.0000159) | 0.0000223\*\*  (0.0000104) |
| Taxa Desemprego | -0.0050446\*\*\*  (0.0016805) | 0.0037835\*\*\*  (0.0006385) | 0.0035417\*\*\*  (0.0010755) |
| Cargatrib | -0.3941025\*\*\*  (0 .1327171) | 0.2411467  (0.1428727) | 0.0468619  (0.1398768) |
| R² | 0.56 | 0.54 | - |
| Estatística F | 38.40 | 8.21 | - |
|  |  |  |  |
| Teste Breusch-Pagan | 292.17  [0.0000] |  |  |
| Teste Hausman | 5.09  [0.5327] |  |  |
|  |  |  |  |
| Nº Observações | 243 | 243 | 243 |
|  |  |  |  |

Fonte: dados gerados pelo Stata 11. Obs.1: \*\*\* Significante a 1%. \*\* Significante a 5%. \* Significante a 10%.Obs.2: Os números entre parênteses representam o erro-padrão.

No modelo de efeitos aleatórios, as variáveis PIB per capita, PIB per capita ao quadrado e carga tributária não foram estatisticamente significantes, corroborando Van Stel *et alli* (2003) que não encontraram evidências empíricas de que o PIB per capita e a carga tributária afetem a abertura de empresas.

A variável Taxa de desemprego apresentou-se estatisticamente significante em todas as estimações, apresentando efeito positivo nos modelos com efeitos fixos e aleatórios, contrariando os estudos de Van Stel *et alli* (2003), Ovaska e Sobel (2005), Nooederhaven *et alli* (2004) e Parker e Robson (2004).

A acessibilidade a crédito, captada neste estudo através da variável número de agências bancárias, mostrou-se estatisticamente significante nos modelos de efeitos fixos e aleatórios, apresentando efeito positivo na abertura de novas empresas, consoante aos estudos de Ovaska e Sobel (2005).

No modelo *pool,* a variável ICG apresenta efeito negativo sobre a abertura de empresas, entretanto, não é estatisticamente significante. Para os demais modelos, há uma inversão do efeito da corrupção burocrática, passando a ser estatisticamente significante. Desse modo, convergindo para a hipótese de que em um país com alta regulamentação para abertura de empresas, a corrupção burocrática pode ser benéfica à abertura de novas empresas, como sugerido por Dreher e Gassebner (2011) e Méon e Sekkat (2005).

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou avaliar a relação entre abertura de empresas nos estados brasileiros e incidência da corrupção. Para isso, realizou-se uma abordagem alternativa aos resultados propostos por Carraro *et alli* (2011) sobre os efeitos da corrupção na abertura de empresas. Salienta-se que a partir dos resultados encontrados não é possível concluir que a corrupção burocrática afete negativamente a abertura de empresas no Brasil. Desse modo, a hipótese proposta por Dreher e Gassebner (2011) de que a corrupção é um lubrificante nas engrenagens burocráticas de países com excessiva regulamentação da atividade empreendedora foi evidenciada.

Não foram encontradas evidências empíricas de que o PIB per capita, seu termo ao quadrado e a Carga tributária apresentem efeitos sobre a abertura de novas empresas nos modelos de efeitos fixos e aleatórios. Entretanto, acessibilidade a crédito e taxa de desemprego apresentaram efeito positivo. Desse modo, no Brasil, uma maior taxa de desemprego pode estimular os indivíduos a abrirem novos negócios para garantir o ganho de renda.

Não foram encontradas evidências empíricas que as variáveis Mortalidade per capita, Saldo da balança comercial estadual, Taxa de analfabetismo, Investimentos do governo em educação e Ciência e tecnologia afetem a abertura de empresas no período de 2000 a 2008.

A utilização de um índice objetivo de mensuração de corrupção é de grande contribuição para a literatura, pois considerável número de estudos empíricos sobre corrupção utiliza índices subjetivos, como o *Corruption Perception Index*, que é baseado na percepção de empresários acerca da incidência da corrupção. Apesar do IGC representar um índice objetivo para a mensuração da corrupção, acredita-se que o mesmo deve ser utilizado com cautela, pois leva em consideração apenas casos catalogados pelo Tribunal de Contas da União, podendo ter sua acurácia comprometida devido a infinidade de casos de corrupção ativa e passiva que não são catalogados pelo respectivo órgão. Desse modo, sua utilização pode não captar a realidade intrínseca da corrupção.

Como sugestão de estudos futuros propõe-se a inclusão de variáveis que captem questões de infraestrutura, como malha rodoviária, existência de Portos, porte da matriz energética dos Estados brasileiros, entre outras. Também, se propõe a replicação do modelo proposto levando em consideração os municípios brasileiros, pois a amostra seria ampliada consideravelmente, elevando o número de graus de liberdade e a robustez da análise.

**REFERÊNCIAS**

ANDWIG, Jens Chr.; FJELDSTAD, Odd-Helge; AMUNDSEN, Inge; SISSENER, Tone; SOREIDE, Tina. **Research on corruption**: a policy oriented survey. Norad, 2000.

AUDRETSCH, D. B., KEILBACH, M. C., & LEHMANN, E. E. **Entrepreneurship and economic growth**. New York: Oxford University Press, 2006.

BARROS, Antônio Luiz de; PEREIRA, Cláudia Maria Miranda de Araújo. Empreendedorismo e crescimento econômico:uma análise empírica. **RAC**, Curitiba, v.12, n.4, p.975-993, out/dez. 2008.

BAUMOL, W. J. Entrepreneurship: productive, unproductive and destructive. **Journal of political economy**,p. 893-921, 1990.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Entrepreneurship, management and the structure of pay-offs. **MIT press.** Cambridge.1993.

BAYLEY, D. H. The Effects of Corruption in a Developing Nation. **Political Research**. Quarterly December, p. 719-732. 1966.

BEHN, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca da accountability democrática. **Revista do Servidor Público**. n. 4, out./dez. 2008.

BOLL, J. L. S. **A corrupção governamental no Brasil**: construção de indicadores e análise da sua incidência relativa nos estados brasileiros. Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – PUCRS.

BRESSER- PEREIRA, L. C. Os primeiros passos da reforma gerencial do estado de 1995. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**. n. 16, dez./jan./fev. 2009.

CARRARO, A. ; HILLBRECHT, R. O. . Modelos Microeconômicos de Corrupção. In: IV Encontro de Economia da Região Sul - ANPEC SUL, 2003, Curitiba. IV Encontro de Economia da Região Sul, 2003.

CARRARO, A.; MENEZES, G. R. ; CANEVER, M. D. ; FERNANDEZ, R. N. Formação de Empresas e Corrupção: uma análise para os estados brasileiros. In: XIV Encontro de 11 Economia da Região Sul - ANPEC / SUL 2011, 2011, Florianópolis. ANPEC / SUL 2011, 2011. p. 1-17.

CRUZ, José Neves; CARDOSO, Carla Sofia. **O empreendedorismo e o ambiente jurídico e institucional.** Economia Global e Gestão 17(1): 65-81, ND. 2012

DESAI, M; P. GOMPERS AND J. LERNER. Institutions, Capital Constraints and Entrepreneurial Firm Dynamics: Evidence from Europe, **Harvard NOM**. Research Paper No. 03-59, 2003.

DNRC. **Departamento Nacional de Registro do Comércio.** [s.d.]. Disponível em <http://www.dnrc.gov.br> Acesso em: 21 Out. 2012.

DREHER, A.; GASSEBNER, M. Greasing the wheels of entrepreneurship? The impact of regulations and corruption on firm entry*.***Public Choice**. Outubro. 2011.

FISMAN, R.; V. SARRIA-ALLENDE. **Regulation of Entry and the Distortion of Industrial Organization**, NBER, 2004.

GARCIA, Ricardo Letizia. A Economia da Corrupção – Teoria e Evidências – uma Aplicação ao Setor de Obras Rodoviárias do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003. Tese (doutorado em economia) **-** UFRGS.

GÖRLING, S.; REHN, A. Accidental ventures - A materialist reading of opportunity and entrepreneurial potential. **Scandinavian Journal of Management**[S.I.], v. 24, n. 2, p. 94-102, Jun 2008.

GUJARATI, Damodar. **Econometria básica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HARMON, Michael M.; MAYER, Richard T. **Teoria de la Organización para la Administración Pública.** México: Fondo de Cultura Econômica, 1999.

HUNTINGTON, S.P. **Political Order in Changing Societies**, New Haven: Yale University Press, 1968.

IPEA. **Ipeadata.** [s.d.]. Disponível em: < http://www.ipeadata.gov.br> Acesso em: 21 Out. 2012.

LEFF, N.H. Economic Development through Bureaucratic Corruption, **American Behavioral Scientist 8**: p. 8-14. 1964.

KANGASHARJU, A. (2000). Regional Variations in Firm Formation: Panel and Cross-Section Data Evidence from Finland. **Papers in Regional Science**, **79**, 355-373.

KHAN, M. N. A typology of corrupt transaction in developing countries. **IDS bulletin: Liberalization and the new corruption,** v. 27, n.2, p.12-21, 1996.

KLITGAARD, Robert. **Corrupção sob controle.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD O. **Economia Internacional**: Teoria e Política, São Paulo: Makron Books, 2001.

LAMBSDORFF, G. J. How Corruption affects Productivity. **Kyklos**, vol.56, p. 143-156. 2003.

MARTES, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: A ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 254-270, abril-junho. 2010.

MAURO, P. Corruption and Growth. **Quarterly Journal of Economics.**  p. 681-712, Agosto 1995.

McCLELLAND, D. **The achieving society.** Princeton: NJ, 1961.

OVASKA, T.; SOBEL, R.S. Entrepreneurship in Post-Socialist Economies. **Journal of Private Enterprise** , Volume XX7. 2005.

PALIFKA, B. **Corruption and entrepreneurship in Brazil.** 150-mile conference, Edinburg, Texas April 22, 2006.

PARKER, S.C.; ROBSON, M.T. Explaining International Variations in Self- Employment: Evidence from a Panel of OECD Countries, **Southern Economic Journal,** 71: 287-301. 2004.

ROSE-ACKERMAN, S. The Economics of Corruption. **Journal of Public Economics**,v. 4, n. 2, p.187-203. 1975.

\_\_\_\_\_\_\_\_. The political economy of corruption: causes and consequence. **Public policy for the private sector,** World Bank, n.74, p. 1-4. 1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_. The Challenge of poor governance and corruption. **Copenhagen Consensus Challenger Paper**. Disponível em: <www.copenhagenconsensus.com> Acesso em: 25. Out. 2012.

SAY, J. A. **A treatise on political economy***.* London: Sherwood, 1816.

SCHUMPETER, J. A. **The theory of economic development***.* Cambridge: Harvard University Press, 1934.

SHLEIFER, A. e VISHNY, Robert W. Corruption. **Quartely Journal of Economics**, CVIII, p.599-617. 1993.

TANZI, Vito. Corrupção, atividades governamentais e mercados. **Finanças e desenvolvimento,** v.15, n.4, p. 24-26. 1995.

TONELLI, Dany Flavio; BRITO, M. J. ; ZAMBALDE, Andre Luiz. empreendedorismo na Ótica da Teoria Ator-Rede: Explorando Alternativa às Perspectivas Subjetivista e Objetivista. **Cadernos EBAPE.BR (FGV)**, v. 9, p. 586-603. 2011.

VAN STEL, A.; S. WENNEKERS; R. THURIK; G. DE WIT. Explaining Nascent Entrepreneurship across Countries, (*Working Paper No 200301*). SCALES, 2003.

WOOLDRDIGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. 4.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2010.